



Parque dedicado aos veteranos da II Guerra Mundial fechado, em Staten Island, Nova Iorque
FOTO SHANNON STAPLETON/REUTERS

A Guerra Civil americana continua

Stephan Richter

Um equívoco da história americana é pensar-se que a Guerra Civil terminou em 1865. Infelizmente, não. O que foi assinado à época era um mero armistício.

Como o atual impasse no Congresso dos EUA evidencia, a Guerra Civil subsiste na América de hoje — e com uma virulência que a maioria das outras nações civilizadas considera tão inacreditável quanto irresponsável. Muitos comentadores nos EUA tentam amenizar a situação. Argumentam que o caos foi semeado por um grupúsculo de republicanos do Tea Party. Esta interpretação peca por subestimar as forças da história e as divisões profundas que persistem na sociedade americana.

A razão que ditou o fim da Guerra Civil foi a derrota militar do Sul. Mas ainda haverá quem duvide que, culturalmente, continua a ecoar nas salas do Congresso nos dias de hoje o mesmo discurso contra a União?

A batalha contra o Obamacare é considerada pelos republicanos como a luta contra as ideias autoritárias — e, nas palavras de alguns comentadores conservadores, “fascistas” — da Administração Obama e da “esquerda” americana. A seu ver, os republicanos estão a bater-se pelas posições políticas democráticas e liberais em nome da defesa da “liberdade”. Isto leva a crer que o que se passa hoje em Washington é uma reencenação contemporânea do *Kulturkampf* da Alemanha de 1870, quando as forças modernizadoras decidiram lutar contra a influência retrógrada que o clericalismo conservador, principalmente católico, exercia sobre a economia.

A Igreja Católica alemã da segunda metade do século XIX era uma força econômica influente que resistia a qualquer vislumbre de modernização das estruturas sociais da sociedade — à semelhança do que muitos republicanos fazem agora. Procurava preservar o poder econômico de interesses cimentados, em larga medida de índole feudal, à semelhança dos atuais republicanos. A dura batalha que se trava em Washington não se prende com as manchetes dos jornais, o orçamento, a dívida ou o Obamacare. Estes não são mais do que meros figurantes numa luta decisiva sobre a estrutura da sociedade americana.

Os democratas querem mais oportunidades para os desfavorecidos, de modo a que a economia cresça. Para os republicanos, este tipo de investimento é contrário ao que consideram a sua missão primordial: defender os interesses das classes rica e média.

Estamos perante uma luta pela redistribuição do poder económico sob a roupagem de valores culturais. Por isso ela é tão acerbada.

A melhor forma de compreender a questão subjacente à Guerra Civil, a escravatura, e bem assim a lei do acesso universal a cuidados de saúde, é vê-las enquanto manifestações de conflitos mais profundos.

Os paralelos na história legislativa confirmam-no. A escravatura foi formalmente abolida em 1865 e, durante alguns anos, dir-se-ia haver no país a vontade de seguir em frente. Uma das medidas era criar um banco que concederia empréstimos aos escravos libertos, para que pudessem construir um futuro próspero para si e para as suas famílias.

O Gabinete dos Libertos, cujo nome oficial era Gabinete dos Refugiados, Libertos e Terras Aban-

donadas, teve sorte semelhante à que os republicanos reservam à lei da reforma da saúde, conhecida como Obamacare.

O Gabinete dos Libertos arrastou-se anos, até ser dado por morto. As consequências económicas, sociais e culturais de condenar os escravos libertos a uma servidão contínua, embora de natureza diversa, são por demais conhecidas. São a causa estrutural da cultura de dependência que, malfadadamente, se mantém viva e que os republicanos se apressam a usar como justificação para não fazerem mais pelos afro-americanos.

A lei do acesso universal à saúde foi aprovada pelo Congresso, tal como a do Gabinete dos Libertos em 1865. Com as suas inúmeras iniciativas para bloquear o financiamento, os republicanos tentam agora impedir que o acesso generalizado aos cuidados de saúde se torne uma realidade. A história repete-se!

Claro que há uma distinção a fazer que será motivo de embaraço para os republicanos atuais. Na Guerra Civil, os republicanos, presentes sobretudo no Norte, eram a força política pró-abolicionismo (o Presidente Lincoln era republicano). Foram os sulistas do Partido Democrata quem resistiu à abolição, tal como cem anos depois se opuseram à Lei dos Direitos Cívicos.

A libertação política e económica dos escravos corresponde hoje ao acesso universal aos cuidados de saúde. O antigo regime está prestes a cair e isso leva os sulistas e os conservadores brancos a temer o fim dos EUA como os conhecem.

Agora o Sul volta a rebelar-se contra mudanças modernizadoras na sociedade americana. Num dos grandes realinhamentos da política moderna, a região é a base de poder republicano.

Observe-se a lista dos governadores de Estado que recusaram alargar o programa de saúde a pessoas com baixos rendimentos (Medicaid) e compare-se com a lista de estados que lutaram para manter a escravatura. A quase sobreposição é notável.

Dos 11 estados confederados, só o Arkansas concordou em aceitar fundos federais para alargar o Medicaid. Alabama, Florida, Georgia, Luisiana, Mississippi, Carolina do Norte e do Sul, Tennessee, Texas e Virgínia todos recusaram ou ponderam.

Existe ainda uma ironia final no contexto histórico: seria uma injustiça gritante para com os conservadores deste mundo dizer que eles concordam com os republicanos dos EUA que rejeitam a cobertura universal do seguro de saúde com base num suposto ideário “conservador”.

O chanceler alemão Otto von Bismarck, um arquiconservador a nível mundial, foi quem introduziu em 1883 o conceito de cobertura universal de saúde na Alemanha. De que fibra serão os conservadores dos EUA que, em 2013 — 130 anos depois de Bismarck — não conseguem chegar ao grau de consciência do chanceler oitocentista?

A situação atual é contrária à ideologia que os EUA dizem defender. Para fins de autopromoção, posicionam-se sempre na vanguarda da humanidade progressista. À luz do que se passa hoje em Washington, é evidente que perto de metade do Congresso dos EUA quer uma América mais conservadora do que a Alemanha de Bismarck nos idos de 1880.

Editor e chefe de redação de “The Globalist”, onde o presente artigo foi publicado originalmente.
Direitos de autor: “The Globalist”.

Guerra e Paz

Miguel Monjardino
miguelmonjardino@gmail.com



ESTE PAÍS ESTÁ EM TRANSIÇÃO

O recente livro de Chris Matthews “Tip and the Gipper: When Politics Worked” (Nova Iorque: Simon & Schuster, 2013) tem uma cena extraordinária. Três dias depois da tentativa de assassinio de Ronald Reagan, Tip O’Neill, *speaker* da Câmara dos Representantes e um democrata de esquerda, entrou no quarto do Presidente no hospital. Reagan estava extremamente fraco. O’Neill ajoelhou-se e deu a mão ao seu adversário político conservador. A seguir, os dois rezaram juntos o Salmo 23. Antes de sair, O’Neill deu um beijo na testa de Reagan e desejou-lhe as melhores.

Uma cena tão poderosa do ponto de vista humano e político é atualmente impensável em Washington. Ninguém consegue imaginar John Boehner ajoelhado ao lado de Barack Obama. E também ninguém consegue imaginar Obama a pedir a Boehner para, por exemplo, representar os EUA a nível externo. Porque é que o ambiente político em Washington é tão mau? O que é que isto significa para a política internacional?

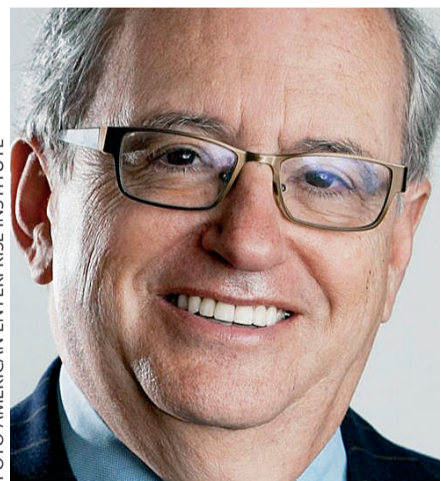
Temos alguma responsabilidade naquilo que estamos a ler na imprensa internacional e nacional sobre o que se está a passar na capital norte-americana. A verdade é que conhecemos mal o sistema constitucional dos EUA. Prestamos imensa atenção à eleição do Presidente e ignoramos de uma forma deliberada a da Câmara dos Representantes. Como estamos a ver, a Casa Branca é menos poderosa do que pensamos.

Dito isto, a deterioração das regras e do respeito institucional em Washington parece-me ser clara. Setenta por cento dos americanos acham que o Congresso está a fazer um mau trabalho. A taxa de aprovação de Obama está nos 44%. O Presidente e Boehner não conseguem conversar. Sem conversas não é possível negociar um compromisso político ou, em alternativa, começar um processo credível que possibilite um acordo orçamental a médio prazo. O déficit de liderança na capital norte-americana é preocupante.

As eleições para a Câmara dos Representantes no próximo ano complicam ainda mais a situação política. Os republicanos mais conservadores querem colocar a legislação da Saúde de Barack Obama no centro destas eleições. E também querem que Washington reconheça que o nível de endividamento público e da despesa orçamental federal acabará por arruinar a economia dos EUA.

As dúvidas em relação ao funcionamento das instituições e à qualidade das lideranças na Casa Branca, no Senado e na Câmara dos Representantes estão a ter consequências ao nível da confiança externa nos EUA. O principal acontecimento da política internacional das últimas décadas parece-me ter sido a integração económica. Washington foi o motor de todo este processo de globalização.

A eleição de Barack Obama em 2008 foi vista como a confirmação da vontade de os EUA continuarem a liderar a ordem liberal que foi fundada no final da Segunda Guerra Mundial. Em vez disso, o país parece estar a virar-se mais para dentro, a ser mais errático do ponto de vista interno e muito mais seletivo a nível de intervenções externas. A América está a fazer uma transição profunda e importante. Esta transição terá consequências para a ordem internacional.



Norman Ornstein, autor de um best-seller sobre a crise orçamental nos EUA

mais de 40 rejeições do Senado, a querer revogar a Obamacare?

Quanto à primeira pergunta, nunca houve votos suficientes para um sistema público (*single payer system*) ou para qualquer outro sistema comparável com o de diversos países do mundo. Muitos democratas estão ao lado dos republicanos nesse capítulo e nunca apoiariam Obama. O nosso sistema de saúde evoluiu durante quase 100 anos e os atores desse sistema, que lucram muito com ele, não querem a mudança. Quanto à segunda pergunta, os republicanos decidiram que bloquear a Obamacare (a reforma do sistema de saúde de Barack Obama) é uma forma de demonizar o Presidente americano e transformar essa reforma num símbolo de todo o mal. Distorceram a realidade, afirmando que Obama irá “esquerdizar” o sistema de saúde e que nos irá pôr no caminho do socialismo. Eles repetirão até à exaustão que a Obamacare é a apoteose, o perfeito exemplo do mal e agora não podem voltar atrás.

Como se consegue sair deste buraco e regressar a um sistema saudável de governo?

Vai levar tempo e precisará de uma série de choques e crises económicas que resultam, necessariamente, deste tipo de confrontos políticos. Mas o que vai mesmo ser preciso acontecer é que os republicanos percam mais uma ou duas eleições, algo que irá trazer de volta os conservadores pragmáticos.

Tem esperança de que o Partido seja reconquistado, por exemplo, por políticos como Chris Christie?

Tenho esperança de que o Partido volte a ser dominado pelos Chris Christies e pelos Jeb Bushes desta terra em vez dos Ted Cruzes (referência ao senador republicano e um dos líderes do Tea Party).
internacional@expresso.imprensa.pt

após a crise de 2008 (*bailouts*) e a ascensão do Tea Party. Tudo isto resultou numa combinação bastante tóxica.

É verdade que vários republicanos pragmáticos, da escola conservadora, lhe ligaram a dar os parabéns pelo seu livro?

Sim. Muitos ligaram-me, particularmente antigos membros do Governo, que desejam o regresso de um Partido Republicano conservador e pragmático. Eles nunca serão liberais ou moderados, temos de perceber.

Por que razão Obama não optou por um sistema de saúde público? Por que continua o Partido Republicano, após